



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1  
2  
3 A sexagésima reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório  
4 da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco, décimo  
5 primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e onze, às  
6 quatorze horas e trinta minutos. **Compareceram** os conselheiros: Secretário de Estado  
7 Hélio Corbellini, SEMA – Presidência; Secretário de Estado Adjunto Oscar G. Escher, SOP –  
8 Vice-Presidência ; Pedro Homero Flores Obelar, Secretaria dos Transportes - representante  
9 – SEINFRA; Margareth Vasata, Secretaria do Planejamento – SEPLAG – representante;  
10 Luiz Carlos Oliveira, SEMC – representante – SEINFRA; Luciano Andreatta C. Da Costa,  
11 Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCIT – representante; Teresinha Guerra, Comitê  
12 Lagoa Guaíba – titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã – titular; Zuleica S. Dos Santos,  
13 Comitê Ijuí - titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari – Antas – titular; Claud Ivan Goellner,  
14 Comitê Alto Jacuí – titular; Claucia Kappler, Comitê Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo –  
15 titular. **Ausentes:** Secretaria da Saúde, SEDAI – SDPI, Secretaria da Agricultura e Casa  
16 Civil. **Ausência Justificada:** Sistema Nacional de Meio Ambiente – IBAMA e Sistema  
17 Nacional de Recursos Hídricos. **Demais:** Ivo Mello e Mariza Beck, Comitê Ibicuí; Fernando  
18 Bernál, Comitê Baixo Jacuí; Paulo Robison R. Da Silva Samuel e Maurício Colombo, Comitê  
19 Gravataí; Gerson R. Ferreira, Comitê Santa Maria; Vilma C. Da Silva e Jussara Neves,  
20 Comitê Lago Guaíba; Fernando Lague, Comitê Litoral Médio; Hamilton Ribeiro Filho, Comitê  
21 Butuí-Icamaquã; Silvio Paulo Klein e Viviane Nabinger, Comitê Sinos; Edilson Nunes Pires,  
22 Prefeitura Municipal de Osório; Carlos Heine, CORSAN; Elisabeth Krieger, Comitê Caí;  
23 Ricardo Cezar e Silvana Ferreira, METROPLAN; Gilson Schlindwin, FEPAGRO; Margarete  
24 Bremm, Rafael Erling, DRH/SEMA; Heloisa Fiori, DRH/GAB/SEMA; Guilherme Barbosa,  
25 SEHABS; Mario Damé, Comitê Camaquã; Henrique Kotzian e Sidnei Agra, Ecoplan Eng<sup>a</sup>.  
26 Ltda; Diego Carrillo, FEPAM; Paulo Paim, Vania Oliveira, Carmem Lúcia Silveira da Silva,  
27 Secretaria Executiva do CRH/RS. O presidente Oscar Escher abriu a reunião com o **Item I –**  
28 **Comunicações** – Paulo Paim, Secretário Executivo do CRH /RS fez a leitura do 1- Of. SE  
29 N.035/11 - solicitação do Comitê Sinos para inclusão em pauta da publicação da atual  
30 diretoria do Comitê Sinos. O presidente Oscar Escher colocou em votação o  
31 encaminhamento. Foi verificado o quorum e colocado em votação aprovado por nove votos  
32 a favor e uma abstenção o encaminhamento ao Jurídico da SEMA para publicação. 2 -  
33 Ofício COMITE CAÍ n. 12/2011 solicitando alterações no Regimento Interno. O presidente  
34 Oscar encaminhou a Câmara Técnica Institucional e Jurídica. **II – Ordem do Dia – 1. Ata da**  
35 **59ª Reunião Ordinária do CRH/RS** – O presidente abriu espaço para manifestações sobre  
36 a ata Aprovada com oito votos a favor e duas abstenções. **2. Proposta de projetos**  
37 **financeáveis pelo Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos para 2011** - O  
38 presidente passou a palavra ao Conselheiro Bernal presidente da Câmara Técnica de  
39 Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos do FRH/RS – CTPA, que  
40 procedeu a leitura do Parecer da Câmara Técnica de Projetos e Orçamento do FRH/RS,  
41 ocorrida no dia 18 de abril passado e analisou documentos de prestações de contas das  
42 secretarias que usaram recursos do fundo em 2010 e o Orçamento 2011 e fez as seguintes  
43 considerações: a) pela **não** aprovação do Orçamento 2011 por discordância com a  
44 Resolução CRH nº 34/07 sobre os percentuais de destinação dos recursos do FRH. b) pela  
45 exigência que a peça orçamentária a ser definida para o ano de 2012 e seguintes, seja  
46 previamente aprovada pelo CRH antes do envio a Secretaria de Planejamento. c) Pelo  
47 maior detalhamento do objeto de contrato com a PROCERGS – cadastro de usuários - no  
48 valor de R\$ 1.919.000,00 (Hum milhão, novecentos e dezenove mil reais), bem como as  
49 justificativas para a suplementação de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). d) pela **não**  
50 aprovação da SEMA 2010 por insuficiência de informações quanto ao objeto dos convênios.  
51 e) Pela recomendação de que a prestação de contas, por todas as secretarias que usem  
52 recursos do FRH, neste item, seja feita na formatação apresentada pela SIUMA em seu  
53 relatório. f) Pela criação da uma Secretaria Executiva do FRH como instrumento de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 aperfeiçoamento das relações deste com o CRH. Diante da manifestação do Conselheiro  
55 Bernál o presidente Oscar abriu espaço para manifestações. Conselheiro Daniel Schmitz  
56 falou que historicamente temos recebido num momento sempre atropelado informações  
57 relativas ao orçamento de um Fundo, especificamente o de Recursos Hídricos aqui no RS, e  
58 em virtude de diversas situações tendências, opções as discussões nem sempre atendem a  
59 leitura do Sistema de Recursos Hídricos junto dos comitês de bacias hidrográficas é claro,  
60 nítido, sabido e calejado essa caminhada, esse debate. Recebendo as informações que nos  
61 foram repassadas para esta reunião do CRH, com relação a essa proposta orçamentária  
62 que está sendo colocada, na mesma forma o orçamento executado em 2010, analisando e  
63 conversando na reunião do Fórum Gaúcho de Comitês, baseado na leitura da CTPA, pelo  
64 colega Bernál, o Comitê Taquari - Antas, conselheiro titular, acha conveniente e necessário  
65 que tenhamos um pedido de vistas a essa proposta orçamentária para construir algo  
66 diferente, melhor ainda possível. Para isso fala com o respaldo dos outros comitês de  
67 bacias. Os comitês que fazem parte do CRH, da CTPA colocam-se a disposição para  
68 discutir, reavaliar as aplicações do FRH e naquilo que o CRH achar conveniente e a  
69 necessidade uma de reunião extraordinária. Colocado espaço para manifestações. Paulo  
70 Robinson, Comitê Gravataí coloca que este debate proposto pelo Daniel, de uma nova  
71 construção e que sejam abertos alguns itens, principalmente porque a bacia é a unidade de  
72 planejamento e tem muitos recursos destinados aos municípios e gostaríamos que esses  
73 municípios fossem listados, porque os Comitês precisam saber das verbas que estão  
74 entrando para as prefeituras. São duzentos e sessenta municípios que levaram recursos da  
75 SEMA e SEHADUR e gostaria que também fossem listados por bacia hidrográfica.  
76 Conselheira Zuleica, Comitê Ijuí lembra que também está nesta discussão além das  
77 questões que os colegas colocaram acrescentar, porque preocupa, é a perfuração de poços.  
78 E em nenhum momento é falado em desinfecção desses poços, da situação geral de  
79 saneamento na zona rural é um dos problemas graves. Perfura-se e abandona-se o poço.  
80 As comunidades ficam sem saneamento e bebendo água contaminada historicamente  
81 conhecido. Heloisa Fiori falou que diante da solicitação de vistas do Cons. Daniel nada mais  
82 pode ser feito, é só para esclarecimento. Sua observação é sobre os percentuais do FRH,  
83 enquanto a SEMA não tem projetos ou não apresentam e não atinjam cinquenta por cento  
84 do FRH, o Secretário do Planejamento faz o rateio conforme as outras secretarias  
85 apresentam as demandas do Fundo. Outra variável que conta muito isso é que não nos  
86 adianta termos projetos que atinjam cinquenta por cento e haja contingenciamento por parte  
87 do Governo. Outro ponto são os recursos para a SIUMA, perfeita a prestação de contas,  
88 aliás, todos devem estranhar o volume de recursos, mas isso faz parte do PAC, um  
89 convênio do Governo do Estado com o Governo Federal. Onde o Federal entra com oitenta  
90 por cento e o Estado com vinte. Não sabe até onde nós devemos continuar com os vinte por  
91 cento do Fundo, isso é critério de vocês, talvez seja dez, cinco tem que negociar com o  
92 tesouro se acharem que é demais. Outro ponto é a manutenção dos comitês colocada na  
93 CTPA. Seria prudente, os comitês programarem suas ações, estimar custos e encaminhar  
94 para serem incluídos no orçamento de 2012, pois já está acontecendo reuniões semanais  
95 aqui na SEMA com a SEPLAG. Reforça que é necessário acabar com a padronização de  
96 cinquenta mil para todos. Outro ponto é o recebimento dos recursos, a forma de convênio  
97 como os Comitês não tem personalidade jurídica. Se vocês conselheiros determinarem que  
98 sejam os COREDES, nós vamos fazer juntos. São vocês quanto conselheiros que definirão  
99 isso, não somos nós como secretaria. Com relação aos poços, como sanitarista é contra a  
100 abertura de poços, mas estão diante de uma realidade que precisam abrir poços. A  
101 Secretaria de Saneamento colocou no seu orçamento a abertura de duzentos e setenta  
102 poços com municípios a serem definidos. Sugeriu a CTPA e sugere aos senhores que  
103 façam um levantamento dos poços existentes naqueles municípios, quais os que estão em  
104 funcionamento, se têm monitoramento, quem opera. Quem opera, não poderá fiscalizar. Se  
105 tiver poços abertos sem funcionamento que utilizem parte deste recurso para fechar esses  
106 poços. Tem que ser pedido licença prévia a SEMA. Outro ponto Zuleica Santos apóia



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 Heloisa. Diretor Guilherme Barbosa, Secretaria do Saneamento manifesta o desejo da  
108 Secretaria da Habitação em participar da composição do CRH. Reforça que em reunião  
109 anterior solicitou ao Grupo Técnico que está tratando da revisão da composição do CRH  
110 leve isso em conta. Esclarece à CTPA que analisou a prestação de Contas da Secretaria  
111 que se não estiver de acordo estão prontos para corrigir. Outro ponto que gostaria de falar é  
112 sobre os poços. Em muitos casos a prefeitura se omite da operação do poço e passa para  
113 uma associação hídrica, composto de pessoas da comunidade que pagam uma taxa. A  
114 partir daí não se sabe o que acontece quanto ao controle. Concorde que esse é um tema  
115 que precisam se debruçar seriamente até 2014. Todos os municípios têm que ter o seu  
116 plano municipal de saneamento, se não tiverem cessa a possibilidade de adquirirem  
117 recursos federais. A informação que tem da FARMURS é que quinze municípios têm o seu  
118 plano pronto, mais outros quarentas estão trabalhando no plano e temos muito mais de  
119 trezentos que nem se quer começaram a trabalhar em cima do plano. Além desse prazo  
120 legal 2014, tem-se um prazo político complicado, no ano quem vem tem eleições municipais  
121 e todos os prefeitos estarão envolvidos em sua própria eleição ou de quem vão apoiar. Ou  
122 eles iniciam agora o plano de saneamento ou vai ficar o prazo muito curto. Então salienta  
123 que possui no orçamento uma verba muito pequena para estudos e planos de um milhão e  
124 meio, estão para iniciar a licitação do Plano Estadual de Saneamento, mas tem esse  
125 número enorme de municípios. A maioria é de pequenos municípios que não tem  
126 capacidade financeira para trabalhar com isso. Então a solicitação é de saber se o FRH tem  
127 possibilidade de fazer um acréscimo de recursos para se fazer isso, repassar aos  
128 municípios para elaborarem o seu plano municipal de saneamento. Voltando ao assunto dos  
129 poços, a SEHABS está pensando não só em furar o poço, mas deixá-lo montado com  
130 energia elétrica, bomba e um reservatório. Porque dessa maneira as pessoas usarão a  
131 água. Não são muitas as informações que tem, mas sabem que há poços que a SEHABS  
132 furou, o prefeito não fez a montagem e não estendeu a rede. Portanto o poço ficou parado,  
133 inutilizado o investimento feito e com risco de contaminação. Se deixarem montado fica a  
134 responsabilidade da prefeitura estender a rede até a casa das pessoas. E com reservatório  
135 as pessoas também irão até ali se abastecer mesmo de forma precária. Conselheiro Bernál  
136 complementa que não estava no Parecer da CTPA, que se abriu a caixa preta do FRH, e  
137 parabenizou a Sra. Heloisa Fiori e as pessoas que ajudaram. O FRH possui duas contas,  
138 uma do BANRISUL no valor de R\$ 40.062.929,90 (quarenta milhões, sessenta e dois mil,  
139 novecentos e vinte e nove reais e noventa centavos) do caixa único e a do Banco do Brasil  
140 no valor de R\$ 45.183.030,75 (quarenta e cinco milhões, cento e oitenta e três mil, trinta  
141 reais e setenta e cinco centavos) advindos das compensações financeiras. Um saldo no  
142 Fundo de 88 milhões. Com relação à prestação de contas da SEHABS, serve também para  
143 as outras secretarias, informa que quando recebem as sequencias dos pagamentos feitos  
144 com recursos do FRH aparecem assim: 63 municípios recursos para saneamento básico de  
145 pequenas comunidades. Não diz especificamente o que é isso, mas também falta a  
146 possibilidade de quais são os critérios, por que 63 receberam e outros não. Não viu nenhum  
147 do Baixo Jacuí e gostaria de conhecer o critério. Depois tem outro item que é perfuração de  
148 poços, acha importante que seja comunicado ao Comitê quando estão concluindo toda a  
149 rede. E as pessoas identificarem também que tem a participação do comitê da bacia. Se não  
150 isso fica uma coisa meio mirabolante, uma coisa somente de prefeitura e governo do  
151 Estado. E como se sabe a sociedade tem uma participação muito importante como o Comitê  
152 de bacia. Conselheiro Ivo Mello, Comitê Ibicuí lembra que na gestão do Secretário Frederico  
153 Antunes, seu município Manoel Viana teve seu Plano de Saneamento e acredita que todos  
154 querem que o recurso chegue onde tem que chegar para se fazer uma boa gestão de  
155 recursos hídricos. O presidente Oscar Escher pede informações ao Secretário Executivo  
156 Paim sobre o pedido de vistas e o que isto representa. Paim informa que é automático, não  
157 há o que votar, os conselheiros apenas fixam um prazo para o conselheiro Daniel montar o  
158 seu relatório e apresente ao CRH e o assunto retorna a pauta na próxima reunião. O  
159 presidente Oscar informa que devido ao assunto ser de máxima urgência, pois o Estado tem



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 que cumprir seu papel, sugere o prazo de quinze dias para entrega do relatório. Heloisa  
161 lembra que o orçamento que foi montado para ser executado já foi aprovado no ano  
162 passado pela Assembléia Legislativa do Estado, nós não podemos mudar valores, o que  
163 temos de aprovar são os projetos. Quanto mais nós atrasarmos, mais corremos o risco de  
164 não apresentarmos nada este ano e perdermos o recurso. Conselheiro Daniel afirma que os  
165 comitês não querem trancar e concordou com o prazo de quinze dias para apresentar o  
166 relatório. O presidente Oscar coloca a palavra a disposição para manifestações. Paulo Paim  
167 disse que historicamente sempre foi assim, todo ano o CRH aprova os projetos. Não sendo  
168 nada de novo. Conselheiro Paulo Robinson, Comitê Gravataí lembra que estes quinze dias  
169 para o Cons. Daniel tem também ser considerado uma série de informações que devem vir  
170 das Secretarias e sabe como é lento o Estado. Reitera a solicitação feita anteriormente de  
171 duzentos e sessenta municípios por bacia, o Estado terá que ser ágil com estas informações  
172 para o relatório do Cons. Daniel. Informa ao diretor Guilherme Barbosa – SEHABS que a  
173 FUNASA tem verbas para as prefeituras fazerem seus planos de saneamento, é só os  
174 municípios preencherem os requisitos necessários. Colocado em discussão o prazo de  
175 quinze dias foi aprovado por unanimidade. O presidente reforça a necessidade das  
176 respostas das secretarias solicitadas pelo conselheiro. O presidente deu à palavra a diretora  
177 Nanci Giugno que cumprimenta a todos e informa que se sente no dever de falar um  
178 pouquinho desta questão que acabamos de tratar, como o Paim se referiu que acaba se  
179 repetindo. Realmente acaba se repetindo da aprovação do orçamento quando na realidade  
180 já começou a ser executado. Nós temos que fazer que efetivamente, não podemos deixar  
181 de executar o orçamento. Entende que foi bem encaminhada à questão com o pedido de  
182 vistas, mas acha que devemos começar a construir. Acha que a gente sempre tenta em  
183 início de Governo, de repente, modificar as coisas. É o compromisso de todos e infelizmente  
184 a Secretária não pode estar presente e está existindo uma forte ação no sentido de se rever,  
185 tanto a questão do contingenciamento em recursos que existem como foi trazido aqui, tanto  
186 no Banco do Brasil como no BANRISUL que acabamos sempre dizendo que são recursos  
187 virtuais e como se acessa estes recursos. Outro que se conversou é que têm as rubricas,  
188 tem esta discussão e por dentro das rubricas os projetos e se poderá se construir critérios  
189 para que as secretarias tenham direito assegurado de conseguir recursos, que projetos  
190 deveriam estar dentro destas rubricas. E agora na condição de diretora do DRH/SEMA,  
191 lembra que já esteve sentada no plenário do CRH como conselheira por muito tempo, e  
192 confirma que os papeis e as limitações são diferentes. Entra-se com muita vontade de fazer,  
193 mas tem todo um aparato legal, que nos bloqueia de atingir a tão curto prazo ao que se  
194 pretende. Alguns dos instrumentos básicos do Sistema que são: cadastro, a outorga, o  
195 sistema de informações ainda deixam muito a desejar. O então chamado dever de casa!  
196 Comunica que esteve em uma reunião com a Agência Nacional Águas onde anunciaram e  
197 estavam eufóricos, pois seu orçamento tinha sido triplicado enquanto o orçamento da União  
198 tinha sido todo limitado e restringido. E este aumento de recurso seria para alavancar os  
199 Estados. Mas para isso todos os estados deveriam estar com o dever de casa feito que são  
200 estes três itens citados, essenciais ao DRH. A idéia é avançar para que o Fundo contemple  
201 porque muita das dificuldades se encontra nas legislações vigentes. Salienta que devemos  
202 tentar romper este ciclo e isso deve passar no centro político do Governo. O presidente  
203 Oscar informa que a Secretária solicitou-lhe comunicar aos senhores conselheiros primeiro:  
204 este conselho é extremamente importante, o Governo o considera por demais,  
205 principalmente por que é presidido por um secretário de Estado. A Secretária Cony não está  
206 presente à reunião porque está atendendo um pedido do senhor Governador com relação a  
207 um projeto de sustentabilidade do Estado, lá em Brasília, uma discussão internacional.  
208 Então algo dessa importância faz com que ela não esteja aqui, conduzindo os trabalhos e  
209 debatendo com os senhores. Diretor Guilherme Barbosa pediu a palavra e informa que a  
210 SEHABS tem toda a relação das cidades e encaminharão logo atendendo a solicitação dos  
211 Comitês no máximo até o final da semana no que foi feito de rede de água e esgoto  
212 sanitário. Conselheiro Daniel solicita que a relação seja encaminhada para o e-mail do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 Taquari-Antas. O Diretor Guilherme continua e esclarece que os critérios de escolha das  
214 cidades vêm acontecendo por solicitação dos prefeitos. Aprovação ou não, não sabe como  
215 faziam antes. Acrescenta que sempre há mais pedido do que a possibilidade de atender e  
216 decidiram atender por ordem de chegada. Como há mais solicitações que recursos estão  
217 avaliando se a cidade foi recentemente atendida e volta para o fim da fila para que possam  
218 atender outra que não foi há bastante tempo. Salaria que o orçamento é uma lei e que  
219 pode ser modificada por outra Lei, mas isso demora muito. Por isso é que fez aquele pedido  
220 para ser suplementado. Aproveita para corrigir o que foi falado anteriormente, na gestão do  
221 Secretário Frederico não foram feitos planos municipais de saneamento, mas projetos de  
222 obras redes de água e esgoto sanitário. E agora de incluir a drenagem e resíduos sólidos.  
223 Mariza Beck, Comitê Ibicuí informa que na época quem definiu as prioridades foram os  
224 comitês. Viviane Nabinger comunica que fará um breve registro e meia culpa, está ouvindo  
225 os sanitaristas, que se têm problemas todo ano se chega aqui e é aquele impasse e não viu  
226 ninguém mencionar a dinâmica que a nossa CTPA tem operado, a qual faz parte, tem mais  
227 de anos que ela não foi reunida, haviam demandas porque ela funciona por demanda. E  
228 estava muito bem substanciada por informações que a Bete trazia das secretarias, ela vinha  
229 sistematicamente. Ele vinha suprimindo para que pudessem fazer a avaliação do recurso do  
230 ano anterior e esse trabalho simplesmente parou há mais de ano. Então chegamos ao  
231 último dia, última hora para definir a aprovação de um orçamento passado, com muito  
232 desconhecimento, com falta de informação e ao mesmo tempo aprovar o orçamento futuro.  
233 Acredita que temos de fazer todos estes ajustes propostos agora, o papel não só do  
234 Taquari-Antas, mas de todos os Comitês de olhar a dinâmica da nossa CTPA. Lembra que  
235 na época foram sugeridos vários procedimentos, inclusive um caminho natural. A  
236 identificação de demandas dos comitês sobre as diversas secretarias, que isso pudesse ser  
237 encaminhado ao DRH. O DRH faria a compatibilização entre as demandas das secretarias e  
238 as demandas dos comitês e assim teríamos uma peça mais ou menos desenhada. Acha  
239 que sim, estamos numa situação que temos de fazer andar, de novo, gosta muito de pedir  
240 um voto de confiança, e não podemos fazer o processo parar, mas com compromissos que  
241 tem de ser assumidos e um deles é da própria CTPA. Temos sim que nos dedicar e definir  
242 estes procedimentos para que no final do ano não aconteça isso. Existe um cronograma de  
243 desembolso, de ação de cada secretaria e por que não é nos trazido mensalmente ou  
244 bimestralmente para que possamos nos dedicar e conhecer esses projetos. O presidente  
245 Oscar conclui que fica claro o compromisso de construirmos juntos os próximos orçamentos  
246 para que evitemos este ciclo histórico de alguns faz de conta com a participação efetiva. A  
247 seguir passou ao **Item III - Assuntos Gerais** onde o Diretor Ricardo Cezar METROPLAN  
248 fará a apresentação da Agência de Região Hidrográfica. Diretor Ricardo, fala antes de  
249 qualquer coisa, que se sente honrado em estar com todos na reunião. Relata que está  
250 chegando, faz dois meses que está na METROPLAN, e se deparou com a construção da  
251 Agência de Águas da Região Hidrográfica do Guaíba. Até tomar pé da gestão da Agência  
252 tem-se que perder horas, na realidade ganhar horas de aprendizado. E nos deparamos com  
253 à necessidade de fazermos a conformação desta Agência e ir tocando. É uma mudança de  
254 Governo. E o Governo que saiu nos legou algumas situações. Quando diz Governo quer  
255 dizer gestão. Estão fazendo uma nova dinâmica, uma nova forma. A Agência se deu por  
256 uma necessidade de cumprir um preceito legal do Sistema de Recursos Hídricos, uma  
257 Agência Piloto. Procedeu a apresentação sobre as atribuições da Agência, metas e ações  
258 previstas. Falou da necessidade de contratação de um economista para fazer o modelo de  
259 cobrança para a Região do Guaíba, mas frisa que mesmo sem recursos continuaram a dar  
260 andamento ao trabalho. Falou da estruturação, um redesenho da METROPLAN com a  
261 criação de uma quarta diretoria, especificamente como a Agência, mas que precisa ser  
262 aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado. Estaria então sendo acoplada a Metroplan  
263 mais este serviço. Finaliza colocando-se a disposição. O presidente Oscar coloca a palavra  
264 a disposição. Maurício Colombo, Comitê Gravataí presidente da CTG, essa Câmara Técnica  
265 tem a incumbência também fiscalizar a CEAD, uma comissão de acompanhamento deste



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 Convenio SEMA/METROPLAN/FRH. Salaria que vêm causando certa preocupação a  
267 Câmara Técnica o andamento. Reúnem-se e verificam que está meio parado. Estão dando  
268 um tempo, pessoas novas chegando, mas os preocupa esse processo de acompanhamento  
269 que a CEAD está incumbida e a CEAD faz parte do convênio. A CEAD referencia as suas  
270 ações. Até esta data só tiveram um reunião neste período novo, onde foram acertadas  
271 oficinas e a preocupação do Comissão continua. O novo quadro do organograma da  
272 METROPLAN não aparece comitê de bacia. Esse trabalho, esse processo que  
273 desencadeou o convenio onde os comitês e o DRH, PRO-GUAIBA, a SOP participaram da  
274 construção, onde houve gasto de fosfato e de dinheiro dos participantes. E o que preocupa  
275 é esta situação de não sabem bem o que está acontecendo. A convocação da CEAD é uma  
276 atribuição de quem a coordena e quem a coordena é o DRH. Trocam informações por  
277 telefone, emails e ninguém sabe o que está acontecendo. Talvez porque o DRH ficou um  
278 bom tempo sem diretor e agora tem uma colega nossa. Fala colega porque ela frequentou  
279 estes bancos a bem pouco tempo. Continuam muito preocupados, em outubro finaliza o  
280 prazo de duração do Convenio e aí vai ser prorrogado?. O que causa preocupação é essa  
281 falta de parceria com a Câmara Técnica. A Câmara Técnica é a CEAD e foi o tempo de  
282 cinco reuniões para discutir qual era o papel de uma, qual o papel da outra. Qual o papel da  
283 CEAD apesar de serem as mesmas pessoas. Avançaram tanto e preocupa terem de parar.  
284 Existem comitês dentro da região do Guaíba que são muito fortes e seus membros cobram  
285 e precisam dar respostas. Isso desmotiva e esvazia os comitês. O presidente Oscar  
286 confirma o desafio de quinze dias para dinamizarmos essas solicitações. Acrescentou que  
287 antes de finalizar a reunião gostaria de informar a todos que a Secretaria das Obras,  
288 Irrigação e Desenvolvimento Urbano criou a diretoria de Desenvolvimento Urbano a qual  
289 está sendo conduzido pelo Dr. Paim, uma autoridade na área de recursos hídricos. Por que  
290 entendem que o desenvolvimento sustentável das cidades está diretamente casado com a  
291 gestão dos recursos hídricos. Então isso é uma manifestação inequívoca de que os recursos  
292 hídricos para a gestão da secretaria, trabalhar mais junto aos comitês. Mais uma vez fica  
293 satisfeito por estarem cobrando como governo e conclama aos senhores para construirmos  
294 o novo orçamento do FRH. Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente Oscar  
295 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Carmem Lucia Silveira da Silva,  
296 Secretária Executiva Adjunta do CRH /RS, lavro esta ata.